

**DINÂMICA DE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL TRANSPASSADA PELO
DISPOSITIVO DA RACIALIDADE EM PERUÍBE-SP**

***DINÁMICAS DE SEGREGACIÓN SOCIOESPACIAL ATRAVESADAS POR EL
DISPOSITIVO DE LA RACIALIDAD EN PERUÍBE-SP***

***DYNAMICS OF SOCIO-SPATIAL SEGREGATION CROSSED BY THE DEVICE OF
RACIALITY IN PERUÍBE-SP***



Gabriel Loschavio CERDEIRA¹
e-mail: gacerdeira@hotmail.com

Como referenciar este artigo:

CERDEIRA, Gabriel Loschavio. Dinâmica de segregação socioespacial transpassada pelo dispositivo da racialidade em Peruíbe-SP. **Revista Geografia em Atos**, Presidente Prudente, v. 10, n. 00, e026010, 2026. e-ISSN: 1984-1647. DOI: 10.35416/2026.11134.



| Submetido em: 26/07/2025
| Revisões requeridas em: 02/03/2026
| Aprovado em: 23/03/2026
| Publicado em: 02/08/2026

Editores: Prof. Dr. Nécio Turra Neto
Prof. Me. Karina Malachias Domingos dos Santos

¹ Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente – São Paulo (SP) – Brasil. Doutor em Geografia e professor de Geografia da rede municipal da prefeitura de Mongaguá.

RESUMO: Este artigo tem como objetivo demonstrar como o arranjo espacial de Peruíbe (SP) é estruturado por processos de segregação socioespacial que, para além das desigualdades econômicas, são atravessados pelo dispositivo de racialidade. A pesquisa está ancorada na análise cartográfica do município com base nos dados por setores censitários do IBGE (Censos Demográficos de 2010 e 2022), articulando dados quantitativos a uma perspectiva crítica sobre o dispositivo de racialidade e o espaço, apresentando uma leitura alinhada com a geografia das racialidades. Os resultados evidenciam dois fenômenos correlatos: a) a formação de territórios de exclusividade branca, marcados por concentração de renda e infraestrutura privilegiada; b) a ocorrência de racismo ambiental, que expõe populações racializadas a condições precárias de habitação e acesso a serviços urbanos. O estudo demonstra como a racialidade opera como eixo estruturante da segregação, reforçando hierarquias espaciais e desigualdades históricas no município.

PALAVRAS-CHAVE: Segregação socioespacial. Racialidade. Racismo ambiental. Peruíbe. Geografia urbana.

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo revelar cómo el arreglo espacial de Peruíbe (SP, Brasil) está estructurado por procesos de segregación socioespacial que, más allá de las desigualdades económicas, están atravesados por el dispositivo de racialidad. La investigación se basa en análisis cartográfico del municipio a partir de datos por sectores censales del IBGE (Censos Demográficos de 2010 y 2022), articulando datos cuantitativos con una perspectiva crítica sobre el dispositivo de racialidad y el espacio, presentando una lectura alineada con la geografía de las racialidades. Los resultados evidencian dos fenómenos correlacionados: a) la formación de territorios de exclusividad blanca, marcados por concentración de riqueza e infraestructura privilegiada; b) la presencia de racismo ambiental, que expone las poblaciones racializadas a condiciones precarias de vivienda y acceso a servicios urbanos. El estudio demuestra cómo la racialidad opera como eje estructurante de la segregación, reforzando jerarquías espaciales y desigualdades históricas en el municipio.

PALABRAS CLAVE: Segregación socioespacial. Racialidad. Racismo ambiental. Peruíbe. Geografía urbana.

ABSTRACT: This article aims to uncover how the spatial organization of Peruíbe (SP, Brazil) is structured by processes of socio-spatial segregation that, beyond economic inequalities, are shaped by the framework of raciality. The research is grounded in a cartographic analysis of the municipality using data from census tracts (IBGE Demographic Censuses, 2010 and 2022), integrating quantitative data with a critical perspective on the dynamics of raciality and space, aligned with the geography of racialities. The results show two interrelated phenomena: a) the formation of white exclusivity territories, characterized by wealth concentration and privileged infrastructure; b) the occurrence of environmental racism, which exposes racialized populations to precarious housing conditions and limited access to urban services. The study demonstrates how raciality operates as a structural axis of segregation, reinforcing spatial hierarchies and historical inequalities in the municipality.

KEYWORDS: Socio-spatial segregation. Raciality. Environmental racism. Peruíbe. Urban geography.

Introdução

O pacto narcísico da branquitude, que reproduz privilégios para pessoas brancas em detrimento da população negra, opera dentro de acordos velados, perpetuando-se como forma de opressão e dominação (Bento, 2022). Romper com essas estratégias narcísicas é um caminho necessário para transformar a realidade perversa de diversos municípios brasileiros. Meu compromisso, enquanto geógrafo morador de Peruíbe, foi desvelar como a segregação espacial desse local é atravessada pelo dispositivo de racialidade (Carneiro, 2023b), identificando um arranjo espacial alicerçado na intersecção das disparidades associadas a classe, gênero e racialidade (Akotirene, 2019), o que produz um tecido urbano cindido, injusto e violento.

Para revelar isso que se quer invisível, nossa análise da temática parte de uma abordagem da geografia das racialidades em uma leitura que buscou ser antirracista, logo, necessariamente crítica, anticapitalista e contracolonial. Além da revisão bibliográfica e do trânsito cotidiano por diversos pontos do município, tomamos como base para construção metodológica dessa pesquisa um estudo comparativo entre os setores censitários urbanos e rurais de Peruíbe, utilizando dados dos censos demográficos do IBGE de 2010 e 2022, apresentando nesse trabalho uma parcela das análises que constitui parte de nossa tese de doutorado.

A constatação da existência da segregação socioespacial, bem como da periferização em Peruíbe e em outros municípios da Região Metropolitana da Baixada Santista, não configuram uma novidade, outros trabalhos já apontavam, analisavam e denunciavam a ocorrência desses processos espaciais (Ribeiro, 2006; Silva, 2013). Porém, essas pesquisas não destacaram a existência de um atravessamento do dispositivo de racialidade nesses fenômenos, de modo que essa pesquisa avança no entendimento que tais processos não são frutos exclusivos da desigualdade econômica, mas também de um arranjo espacial marcado pela racialidade.

Em consonância às reflexões de Abdias do Nascimento, em sua obra *O Genocídio do Negro Brasileiro* (2016), não podemos observar o maior percentual de pessoas negras nas áreas periféricas como algo puramente econômico, uma vez que essa racionalização pode ser basicamente incompleta ou racista, uma vez que negam ou não enxergam que a racialidade atravessa “a posição social e econômica na sociedade brasileira” (Nascimento, 2016, p. 88).

Partindo dessa perspectiva, o artigo demonstra que o município de Peruíbe apresenta duas realidades socioespaciais marcadamente discrepantes. De um lado, verifica-se uma área próxima à orla da praia, caracterizada por uma população majoritariamente branca, com melhores condições econômicas, infraestrutura urbana adequada, menor densidade

demográfica e, inclusive, setores censitários que podem ser classificados como “territórios de exclusividade branca” (Brito; Mendonça; Rolnik, 2023). De outro, identificam-se áreas afastadas do mar, com predominância de população negra e em situação de pobreza, infraestrutura precária e maior exposição a vulnerabilidades e riscos socioambientais. Essas áreas, que ficam localizadas após dois marcadores urbanos significativos, a Avenida Luciano de Bona e a Rodovia Padre Manoel da Nóbrega, enfrentam condições que podem ser interpretadas como racismo ambiental (Herculano, 2008), evidenciando uma divisão e disparidades associadas ao dispositivo de racialidade em suas imbricações socioeconômicas no tecido urbano do município de Peruíbe.

Assim, este artigo, partindo de um olhar da geografia das racialidades (Cirqueira; Santos, 2023), reforça o debate crítico sobre como a produção do espaço urbano é influenciada pelo dispositivo de racialidade, propondo uma análise geográfica que desvela as estratégias silenciosas do pacto narcísico da branquitude (Bento, 2022). Pacto este que habita os condomínios fechados de alto padrão e as mansões à beira-mar, (re)produzindo a segregação socioespacial de Peruíbe. Ao articular o dispositivo de racialidade (Carneiro, 2023b) com dados censitários e observações empíricas, evidenciamos como a racialidade estrutura não apenas desigualdades econômicas, mas a própria morfologia da cidade, em um município onde praias cênicas ocultam uma realidade de segregação racial sustentada por violências históricas. Nossa contribuição é a desnaturalização desses processos, é escavar o que a branquitude insiste em soterrar: a geopolítica racial que define quem tem direito à beleza, à infraestrutura e à segurança no litoral paulista.

Em busca de uma geografia das racialidades

O trabalho que propomos nesse artigo é alicerçado na geografia das racialidades, um campo da ciência geográfica inspirada na geografia das relações étnico-raciais (Oliveira, 2011; 2020; 2022). Dentro desse campo de estudo geográfico, entendemos que o dispositivo de racialidade gera desdobramentos espaciais ao operar como uma tentativa de total subalternização do “outro”, no caso, a população negra, pela branquitude em seu projeto supremacista branco (Carneiro, 2023b). Usamos o termo “tentativa” uma vez que reconhecemos que, ao longo desse processo, sempre houve escapes e resistências negras que permitiram, até a atualidade, a sobrevivência do povo negro e a formação de uma sociabilidade negro-brasileira (Sodré, 2019; 2023). Servem de exemplo os esforços dos quilombos, o

quilombismo, os terreiros, os barracões culturais afrodiaspóricos e o movimento negro, que, apesar de toda a violência perpetrada pela branquitude até os dias atuais, resistem (Oliveira, 2022).

Partindo das reflexões de Sueli Carneiro (2023b), entendemos que a racialidade pode ser considerada um dispositivo de poder, que assim como a sexualidade acompanhou o processo de autoafirmação da classe burguesa. Nesse contexto, os dispositivos de poder expressam um objetivo estratégico de dominação e são constituídos por uma rede heterogênea de discursos, leis, instituições, enunciados científicos e até a arquitetura. Assim, “o dispositivo de racialidade, ao demarcar a humanidade como sinônimo de brancura, irá redefinir as demais dimensões humanas e hierarquizá-las de acordo com a proximidade ou o distanciamento desse padrão” (Carneiro, 2023b, p. 31).

Quando observamos a realidade brasileira pelo prisma do dispositivo e geografia da racialidade, fica escancarado que a ideia de democracia racial² é uma falácia. Apesar da construção retórica de que no Brasil as oportunidades são iguais para todos, essa não é a realidade. Ainda hoje é possível constatar a persistência de significativa discrepância entre os dados sobre violência, acesso a empregos e desigualdade salarial entre pessoas negras e brancas em nosso país (Bento, 2022). Assim, concordamos com a abordagem de Sueli Carneiro (2023b), que defende que o “mito da democracia racial” é uma dimensão específica do contrato racial brasileiro: ao sustentar a “grande narrativa” de harmonia, exerce uma função apaziguadora das tensões raciais e serve, assim, à “hegemonia branca” (Carneiro, 2023b, p. 380).

Quando falamos de racialidade, é preciso fazer uma breve retomada sobre o conceito de raça, evidenciando as diferenças entre esse conceito e o dispositivo da racialidade. É importante ressaltar que o conceito de raça humana não encontra respaldo na ciência biológica atual. Em outras palavras, do ponto de vista genético ou fenotípico, é errôneo dividir a humanidade em grupos raciais (Guimarães, 2003). Na perspectiva de Muniz Sodré (2023), o conceito de raça é retrógrado e supremacista; por isso, devemos focar nas relações raciais, que, na verdade, são relações sociais atravessadas pelo imaginário de raça, baseado na diferenciação fenotípica da cor.

² A democracia racial é uma ideologia formulada por intelectuais brancos e desenvolvida no período pós-abolição. Essa concepção proclamava a harmonia entre os grupos raciais no Brasil, exaltando a mestiçagem ao mesmo tempo que negava a existência do racismo, ocultando diversos abusos coloniais e a persistência da subalternização da população negra (Oliveira, 2022). Entre seus pensadores estão nomes como Gilberto Freyre, em *Casa-Grande & Senzala* (1933), e Arthur Ramos, em *O negro brasileiro* (1934), ambos influenciados pelas teses racistas de Raimundo Nina Rodrigues (Carneiro, 2023a).

O campo da geografia das relações étnico-raciais pode ser entendido como uma área que busca analisar como a racialidade e o racismo atravessam o processo de produção e organização do espaço geográfico (Cirqueira; Santos, 2023).

Oliveira (2011), em seus estudos sobre a geografia das relações étnico-raciais, aproximou-se das concepções de Carneiro (2023b), a qual defende que o dispositivo de racialidade envolve o processo de construção do “outro”, constituído pelos grupos racializados e oprimidos, dentro da estrutura de poder imposta pelo “eu hegemônico”, que estrutura esse violento sistema de opressão, o qual pode ser nomeado como branquitude (Bento, 2022).

Apesar de percorrerem caminhos teóricos diferentes, as teses de Oliveira (2011) e Carneiro (2023b), ao analisarem a realidade brasileira, chegam a reflexões convergentes, permitindo afirmar que a racialidade atravessa a produção do espaço brasileiro desde sua gênese, ainda que apresente variações de forma e intensidade em cada território.

Dessa forma, neste trabalho, entendemos as propostas da geografia das relações étnico-raciais como parte de uma geografia das racialidades, optando por utilizar a segunda nomenclatura para evidenciar nossa maior aproximação e identificação com as contribuições de Carneiro (2023b).

Partindo desse ponto, compreendemos que um dos objetivos da geografia das racialidades é evidenciar e analisar como o dispositivo da racialidade produz arranjos espaciais que resultam em uma distribuição desigual de recursos e infraestrutura entre os diferentes grupos étnico-raciais, analisando neste trabalho especificamente as distinções entre pessoas negras e brancas. Essa dinâmica está intrinsecamente ligada ao processo histórico de formação socioespacial brasileira, uma vez que se trata de uma sociedade gestada a partir de um projeto colonial-escravista, no qual a racialidade se consolidou como um dos “eixos centrais de nossa organização territorial” (Guimarães *et al.*, 2022, p. 30). Por consequência, ainda enfrentamos uma realidade em que se perpetua a forma social escravista brasileira (Sodré, 2023), a qual reproduz relações materiais e simbólicas enraizadas na escravidão, manifestando-se por meio de práticas racistas e discriminatórias cotidianas.

Essas práticas se materializam na produção do espaço em múltiplas escalas: da arquitetura das plantas residenciais, nas quais persiste o quarto de empregada, que carrega reminiscências do pensamento escravista (Lima; Campos; Santos, 2022), ao arranjo espacial urbano, com favelas ocupadas predominantemente por corpos negros que vivem realidades muito distintas das bolhas de privilégios, evidentes nos territórios de exclusividade branca (Brito; Mendonça; Rolnik, 2023).

Nesse contexto, a geografia das racialidades pode ser compreendida como um esforço acadêmico que visa rasgar o véu imposto pela branquitude (Bento, 2022), que tenta esconder a perversidade dos arranjos espaciais que produz e que podem ser identificados em cidades como Peruíbe. Esses arranjos espaciais produzidos pela branquitude geram cidades cindidas. De um lado, existem os territórios de exclusividade branca, locais onde impera o signo da vida (Carneiro, 2023b), reflexo do acesso à infraestrutura digna, ao conforto e à segurança. Por sua vez, no outro lado, produzem-se territórios enegrecidos e racializados, áreas que muitas vezes são favelizadas e periféricas, pontos do espaço onde muitas vezes operam o racismo ambiental e o signo da morte (Carneiro, 2023b).

Aqui entendemos que o signo da morte (Carneiro, 2023b) decorre não apenas da violência urbana, em grande parte perpetrada pela necropolítica estatal (Oliveira, 2022), mas também da falta de infraestrutura, dos serviços urbanos inadequados, e maior exposição a vulnerabilidade socioambiental e do predomínio da irregularidade fundiária características do racismo ambiental (Herculano, 2008)

Assim, algumas áreas da cidade são reservadas para o acesso majoritário de pessoas brancas e ricas, locais que, mesmo na ausência de um sistema de segregação explícito, tornam-se inacessíveis para a maioria da população negra e periférica, realidade que possui como símbolo os condomínios fechados de alto padrão, que muitas vezes se tornam enclaves fortificados que segregam e geram distanciamento físico e simbólico da população racializada, a qual, em sua maioria, só acessa essas áreas para trabalhar em um cenário de exploração (Brito; Mendonça; Rolnik, 2023). Processo que, partindo das análises de Oliveira (2022), pode ser entendido como o uso “Indiscriminado” do espaço da branquitude, o que diverge do uso “Discriminado” do espaço imposto à população negra (Oliveira, 2022, p. 4).

Analisar e denunciar a existência desse arranjo espacial da/para a branquitude, isto é, do “eu hegemônico” em detrimento do “outro”, no município de Peruíbe constitui-se então como objetivo central desse artigo, entendendo que as contribuições apresentadas a seguir podem servir de subsídio para a agenda de luta e reivindicações do movimento negro nesse território. Buscando uma produção científica engajada, em uma perspectiva crítica que caminha no sentido da construção de uma geografia antirracista (Cirqueira; Santos; 2023).

Um pouco sobre a urbanização de Peruíbe

O município de Peruíbe-SP é uma estância balneária localizada no extremo sul da Região Metropolitana da Baixada Santista. Detentor de belas praias, o município, emancipado de Itanhaém em fevereiro de 1959, passou por um significativo processo de urbanização na segunda metade do século XX. A urbanização de Peruíbe foi influenciada por diversos fatores, dos quais se destacam: a) a construção da Rodovia Padre Manoel da Nóbrega; b) a deterioração ambiental das praias santistas (Ribeiro, 2006); c) o “boom imobiliário” na Baixada Santista após a construção da Rodovia dos Imigrantes, em 1979 (Zündt, 2006).

Nas últimas décadas a economia da cidade de Peruíbe é marcada pela preponderância do setor de serviços, possuindo entre as atividades econômicas de destaque o turismo de veraneio, essa dinâmica resulta em uma população flutuante e ‘flutuante-fixa’ (Ribeiro, 2006), que nos meses de temporada representa um acréscimo expressivo na população devido ao grande contingente de veranistas. O aumento expressivo da população durante a alta temporada gera problemas em diversos pontos da cidade, pois a infraestrutura urbana não consegue atender à demanda da população flutuante (Jakob, 2003).

Outra dinâmica demográfica e econômica importante para a análise do município é a migração pendular, impulsionada pela proximidade com as metrópoles de Santos e São Paulo, que polarizam recursos e oportunidades. Nesse contexto, muitas pessoas saem diariamente de Peruíbe, que se configura como periferia metropolitana, para estudar ou trabalhar nos grandes centros. O fenômeno de periferização metropolitana e a presença de elementos associados a cidades dormitórias são recorrentes na Baixada Santista, conforme descrito na tese de Jakob (2003) e revisitado no artigo de Cunha e Barbosa (2018).

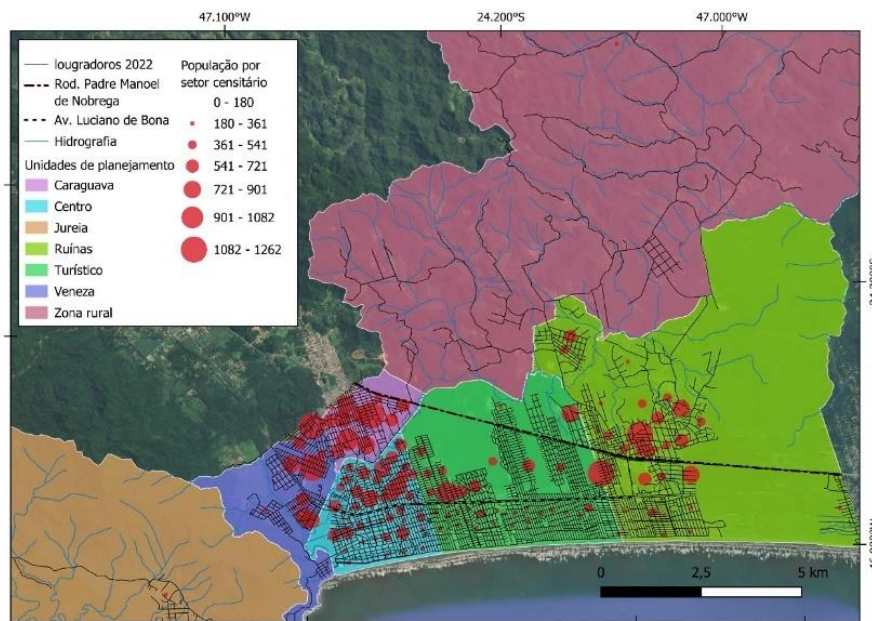
Essas transformações resultam na expansão urbana de Peruíbe, dinâmica associada ao processo de crescimento populacional do município. Segundo o Censo Demográfico do IBGE (2022), houve um acréscimo de aproximadamente 8 mil pessoas na população de Peruíbe-SP, o que representa um crescimento de 14,34% em relação a 2010. Além disso, com base nos dados do censo (IBGE, 2022), verifica-se que o número de imigrantes no município é significativo, uma vez que cerca de 30% da população declarou residir na cidade há menos de dez anos.

Isto posto, ao pensarmos as transformações do espaço urbano de Peruíbe no primeiro quarto do século XXI, é necessário considerar que, além da turistificação do espaço, o processo de redistribuição populacional na Região Metropolitana da Baixada Santista (Cunha; Barbosa, 2018) exerce influência na dinâmica do mercado imobiliário e na economia local. Desse modo,

essas dinâmicas fortalecem a especulação imobiliária, atendendo aos interesses do mercado e resultando na segregação socioespacial e dinâmica de periferização na cidade (Jakob, 2003; Ribeiro, 2006).

Ainda em relação ao processo de expansão urbana de Peruíbe, é preciso pontuar que, inicialmente, a cidade cresceu horizontalmente de forma paralela ao mar, ampliando-se ao longo da margem costeira em direção ao município de Itanhaém (Ribeiro, 2006). Com o aumento dos preços e a diminuição da oferta de lotes próximos à praia, a cidade passou a se expandir por meio de loteamentos de formato perpendicular à costa, crescendo em sentido noroeste em direção às escarpas da Serra do Mar, atravessando a Avenida Luciano de Bona e, posteriormente, a Rodovia Padre Manoel da Nóbrega (Ribeiro, 2006) (Figura 1).

Figura 1 – Malha urbana, população e unidades de planejamento do município de Peruíbe



Fonte: Peruíbe, 2007; IBGE, 2022; Google Earth, 2024. Elaboração: Autor.

No início do século XXI, verificou-se o adensamento e a expansão dos bairros periféricos, com destaque para os localizados nas unidades de planejamento Caraguava, Veneza e Ruínas, especialmente na área situada após a rodovia Padre Manoel de Nóbrega, no entorno dos bairros Vila Erminda e Jardim dos Prados (Silva, 2013). Atualmente, o processo de verticalização, embora ainda pouco intenso (Ribeiro, 2006; Peruíbe, 2022), está concentrado nas imediações do centro e nas áreas mais próximas à orla, área que já apresenta sinais de esgotamento de espaços para novos empreendimentos. Nas áreas afastadas da orla, observa-se um crescimento intenso, marcado por novas construções que, em grande medida, caracterizam-

se pela precariedade construtiva e pela ausência de infraestrutura urbana adequada, como saneamento básico, pavimentação e equipamentos públicos (Silva, 2013).

Em seu trabalho, Silva (2013) focou na análise da Macrozona de Expansão Urbana Ordenada, que compreende parte da unidade de planejamento urbano turística, localizada entre a Avenida Luciano de Bona e a Rodovia Padre Manoel da Nóbrega, como destacado na figura 2, descrevendo o perfil de áreas como o bairro Jardim Márcia. Um dos perfis identificados pelo autor chamou a atenção para lares chefiados por mulheres, com migração recente para o município, baixo grau de escolaridade e presença significativa de pessoas analfabetas. No entanto, esse trabalho não deu ênfase às características raciais dessas pessoas em condição de vulnerabilidade e segregação socioespacial. Silva (2013) também destaca o papel periférico que Peruíbe ocupa na Região Metropolitana da Baixada Santista, além de denunciar que o crescimento econômico e a expansão urbana não garantem melhorias nas condições de vida e moradia da população, devido ao aumento das desigualdades socioespaciais, que resultam em diferentes níveis de vulnerabilidade.

Ao analisarmos os dados do Censo Demográfico de 2022 por setores censitários, verifica-se que a maior parte da população absoluta e os setores de maior densidade demográfica de Peruíbe estão concentrados em duas áreas distintas da mancha urbana, como pode ser visto na Figura 2. A primeira compreende as unidades de planejamento do Centro, Veneza e Caraguava, em áreas localizadas após a Avenida Luciano de Bona, em sentido noroeste. A segunda área de concentração populacional situa-se na unidade de planejamento Ruínas, especialmente nos bairros próximos à rotatória de entrada da cidade, sentido ao município de Itanhaém, com destaque para os setores localizados após a Rodovia Padre Manoel da Nóbrega, também em sentido noroeste.

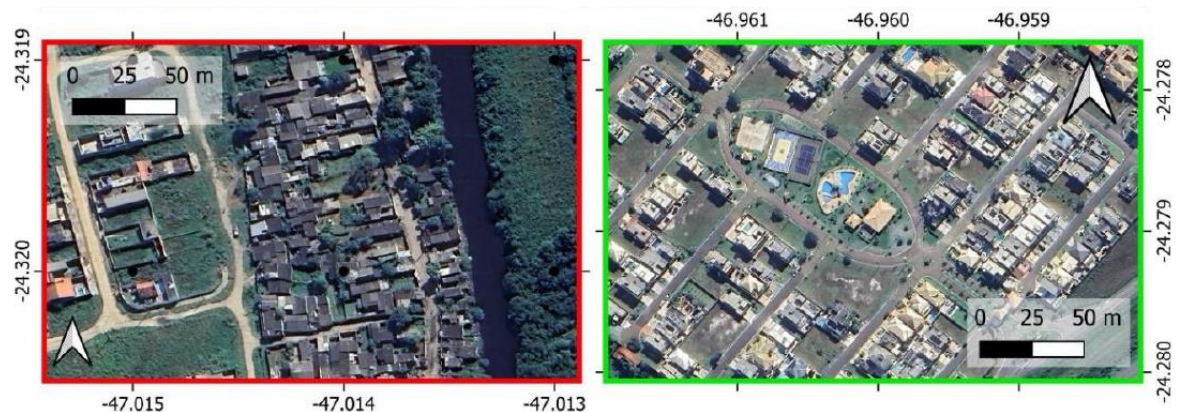
Ambas as áreas estão distantes da orla, onde predominam setores censitários com baixa densidade demográfica e domicílios sem ocupação permanente³. Esse padrão evidencia que a faixa urbana próxima à praia funciona como uma reserva de habitações para o turismo, com muitos imóveis que permanecem vazios por longos períodos. Desse modo, observa-se um esvaziamento das áreas próximas à orla, ainda que dotadas de melhor infraestrutura, enquanto a maior parte da população municipal reside em regiões periféricas, de expansão recente, onde

³ Consulte as imagens 56 e 58, produtos cartográficos elaborados em nossa tese de doutorado (Cerdeira, 2025) com base nos dados do Censo Demográfico do IBGE de 2022. Na imagem 56, representa-se o percentual de domicílios de uso ocasional por setor censitário; na imagem 58, mapeia-se a densidade demográfica por setor censitário.

há carência de infraestrutura básica, maior incidência de áreas de risco e presença de locais com concentração de residências em condições precárias.

Essa discrepância entre orla e periferia torna-se evidente ao percorrermos a cidade. A observação da paisagem urbana e o uso de imagens de satélite revelam uma desigualdade alarmante na distribuição de infraestrutura ao longo do tecido urbano de Peruíbe (Figura 2 e 3).

Figura 2 e 3 – Comparação entre imagem área da favela da Vila Caixote e Condomínio Fechado Bougainville IV, Peruíbe-SP



Fonte: Cerdeira (2025).

A diferença é gritante: de um lado, mansões à beira-mar, inseridas em condomínios fechados, cercadas por muros e equipadas com toda a parafernália tecnológica de segurança — reflexo de uma psicosfera do medo e do preconceito (Melgaço, 2010); de outro, ruas de terra, barracos de madeira e esgoto a céu aberto nas periferias empobrecidas do município.

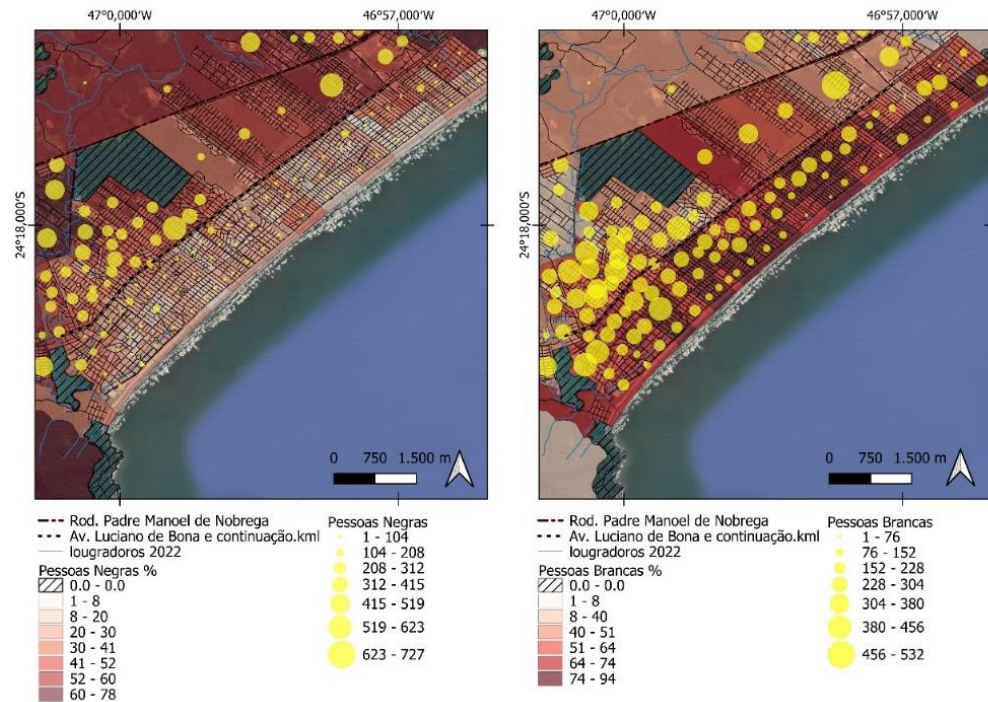
Partindo dessa constatação, nosso estudo busca analisar de que maneira o dispositivo de racialidade (Carneiro, 2023b), para além das disparidades de renda e classe, está intrinsecamente ligado a essas desigualdades socioespaciais e econômicas no município, contribuindo para uma compreensão mais profunda das dinâmicas de exclusão e segregação que marcam a realidade local.

Entre o vazio e a branquitude: Quem mora na beira no mar em Peruíbe-SP?

Segundo dados do IBGE (2022), Peruíbe possui 35.802 habitantes autodeclarados brancos. A distribuição espacial dessa população não é uniforme: em termos absolutos, a maior população está concentrada nas áreas centrais da cidade. No entanto, uma análise dos percentuais por setores censitários revela um padrão distinto, particularmente no eixo entre a

Avenida Luciano de Bona e a orla marítima, onde estão localizados os setores censitários com os maiores percentuais de população branca da cidade (Figura 4).

Figura 4 – Comparação entre o percentual de população negra e branca por setores censitários de Peruíbe-SP



Fonte: IBGE, 2022; Google Earth, 2024. Elaboração: Autor.

A Avenida Luciano de Bona constitui um marco simbólico da segregação socioespacial em Peruíbe. Os dados dos censos demográficos do IBGE (2010; 2022) revelam que o eixo entre esta avenida e a orla concentra: a) A maior densidade de residências de alto padrão, possuindo elevado valor de mercado, dimensões superiores, acabamentos diferenciados e localização privilegiada; b) O maior percentual de domicílios com renda *per capita* superior a 5 salários-mínimos; c) O menor índice de residências com renda *per capita* abaixo de 2 salários-mínimos. Esse padrão de segregação socioespacial já havia sido identificado por Ribeiro (2006), e perpetua-se na atualidade, ao modo que a área costeira constitui um enclave privilegiado, contrastando radicalmente com o perfil socioeconômico das demais regiões do município.

Nessa área, entre a Avenida Luciano de Bona e a praia, a média de pessoas brancas chega a 74%, valor significativamente superior à média municipal, que é de 52,38% (IBGE, 2022). Essa área constitui-se, portanto, como a parcela mais embranquecida da cidade de Peruíbe.

Os setores mais próximos da praia, com maior percentual de pessoas brancas, são justamente os que apresentam maior renda, infraestrutura, mansões e condomínios fechados. Essa constatação pode ser analisada com base nos pressupostos elaborados em uma perspectiva sociológica da segregação residencial, a qual propõe que essas diferenças refletem: a) diferentes níveis de poder dentro da hierarquia social; b) o distanciamento físico, que reverbera em distanciamento social; c) a percepção da importância da vizinhança na formação e socialização de uma pessoa (França, 2017). Nesse sentido, poderíamos supor que as pessoas que ocupam os bairros mais próximos à praia concentram poder político e econômico, alimentando uma ânsia pelo distanciamento e um medo da periferia, sobretudo de seus habitantes, como evidenciado pelos aparatos de segurança e pelo fechamento em condomínios murados que não dialogam com a periferia.

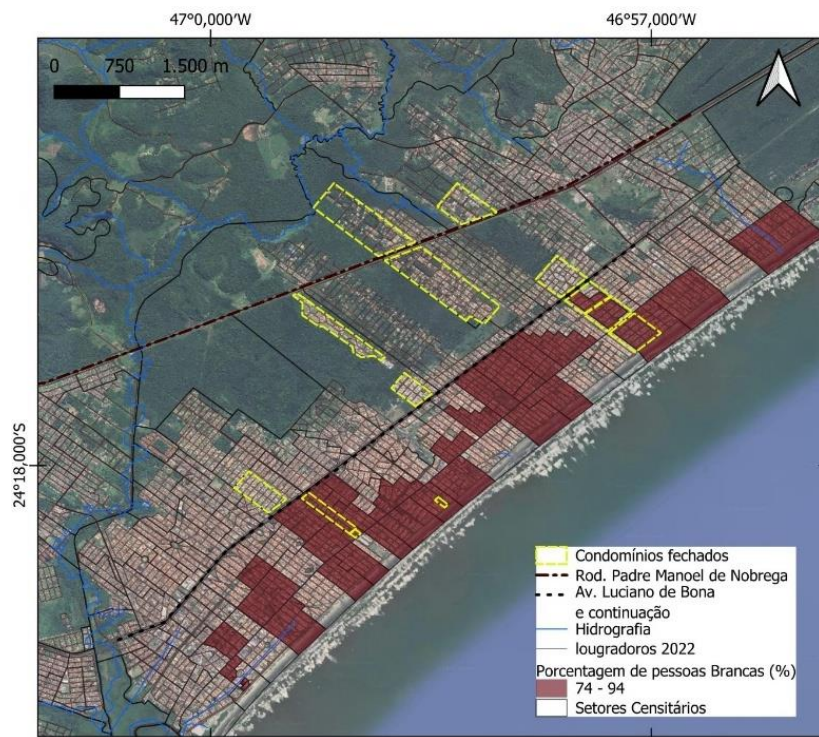
Contudo, existem exceções que merecem ser destacadas, pois também foram construídos condomínios fechados, nas áreas a leste, após a Avenida Luciano de Bona e até mesmo após a Rodovia Padre Manoel da Nóbrega. Devido ao apelo turístico da cidade, à proximidade com Santos e à especulação imobiliária, Peruíbe passou a apresentar, desde 1980, o surgimento de condomínios residenciais fechados e voltados para o público de alta renda (Ribeiro, 2006).

A proliferação de condomínios fechados em Peruíbe não é um processo isolado, pois essa é uma dinâmica que vem se ampliando em diferentes cidades do mundo, fruto do avanço neoliberal e do aprofundamento da desigualdade nas últimas décadas (Harvey, 2014). Esses condomínios destacam-se na paisagem urbana, fragmentando o tecido urbano e escancarando a segregação socioespacial e a desigualdade econômica. Essa realidade é evidenciada pelos extensos muros que os isolam do restante da cidade, criando espaços fortificados com significativo aparato de segurança, infraestrutura de alta qualidade e áreas de lazer reservadas para o usufruto de uma parcela privilegiada, majoritariamente branca e economicamente abastada, que consome a cidade como um bem de luxo. Nesse contexto, é latente o reverberar dos avanços de um ideário neoliberal na produção das cidades (Sposito *et al.*, 2023), marcado por valores individualistas e competitivos.

O predomínio de pessoas brancas nos bairros mais valorizados de Peruíbe, conforme evidenciado pelos dados apresentados, revela como o dispositivo de racialidade (Carneiro, 2023b), aliado à desigualdade econômica e às divisões de classe social, constitui um elemento central na segregação socioespacial do município. A elevada porcentagem de brancos em

determinados setores censitários indica a existência de territórios de exclusividade branca (Brito; Mendonça; Rolnik, 2023) (Figura 5).

Figura 5 – Destaque dos setores com mais e 75% de pessoas brancas na cidade de Peruíbe-SP



Fonte: IBGE, 2022; Google Earth, 2024. Elaboração: Autor.

Os territórios de exclusividade branca podem ser compreendidos como espaços onde se territorializa o pacto da branquitude (Brito; Mendonça; Rolnik, 2023), acordos não verbalizados ou formalizados que perpetuam os privilégios da branquitude e do supremacismo branco. Esses pactos estão estruturados em relações de dominação que entrelaçam classe, gênero, raça, etnia e identidade de gênero (Bento, 2022). Assim, algumas áreas da cidade são reservadas para o acesso majoritário de pessoas brancas e ricas, locais que, mesmo sem um sistema de segregação explícito, tornam-se inacessíveis para a maior parte da população.

Em sua arrogância racial, a branquitude se autosessegrega em espaços como clubes, escolas particulares, empresas, bairros e condomínios (Bento, 2022), criando assim os territórios de exclusividade branca. Brito, Mendonça e Rolnik (2023, p. 39) definem territórios de exclusividade branca como “os bairros marcados por uma predominância acentuada de formas de moradia produzidas para a branquitude, especialmente em suas parcelas de classe média e alta, e onde a presença negra só é tolerada através de sua dominação por relações de trabalho”. Esses territórios não precisam ser homogêneos, mas são caracterizados pela

onipresença branca e pela ausência de territorialidades negras, reforçando a exclusão e a marginalização da população negra. (Brito; Mendonça; Rolnik, 2023).

As questões de classe, raça e gênero estão intrinsecamente entrelaçadas, formando a base sobre a qual o sistema capitalista estrutura suas relações e produz a cidade. Essa lógica do capital gera formas de segregação socioespacial que evidenciam a interseccionalidade das opressões (Akotirene, 2019). Nos territórios de exclusividade branca, o corpo negro é na maior parte das vezes admitido sob o signo do trabalho, como mão de obra barata, empobrecida e controlada, com foco na exploração. Essa dinâmica reforça a subalternização da população negra, limitando sua presença a funções que servem aos interesses da branquitude (Brito; Mendonça; Rolnik, 2023).

As mansões e residências projetadas para as classes altas, que habitam e produzem territórios exclusivos dominados pela branquitude, fazem parte de um mercado imobiliário de luxo que serve à absorção de capitais excedentes, muitas vezes oriundos da exploração e extração da mais-valia dos trabalhadores (Harvey, 2014). Essas construções refletem um mundo cada vez mais desigual, no qual a especulação imobiliária se intensifica. A compra e venda de imóveis de luxo ganha relevância e se inserem na lógica de funcionamento do mercado financeiro internacional ao mesmo tempo em que ampliam a segregação, exclusão e a favelização nas cidades ao redor do mundo (Somekh; Gaspar, 2012). No caso específico das casas de luxo no litoral, esse processo se materializa como um desdobramento direto em territórios como o de Peruíbe, onde surgem empreendimentos imobiliários de altíssimo custo, voltados para o mercado e para a manutenção da exclusividade da branquitude. Tais transformações no espaço urbano refletem não apenas questões econômicas, mas também um projeto sociocultural de segregação que privilegia determinadas classes e grupos sociais ao mesmo tempo em que marginaliza outros.

Partindo dessas reflexões, ponderamos sobre a existência de territórios de exclusividade branca no município de Peruíbe, especialmente nos setores onde a população branca ultrapassa 80% da composição demográfica. Um exemplo emblemático, como visto, é a área entre a orla da praia e a Avenida Luciano de Bona, onde a predominância branca é marcante (Figura 6). Além disso, condomínios residenciais de alto padrão, como Boungeville II e III, destacam-se por atingir índices de até 94% de residentes brancos, consolidando-se como espaços de exclusividade e segregação racial. Esses dados não apenas confirmam a presença de territórios de exclusividade branca no município, mas também evidenciam como a segregação socioespacial se materializa em Peruíbe. A concentração de população branca nessas áreas

valorizadas e de alto padrão reflete a territorialização do pacto da branquitude, no qual a presença negra é predominantemente marginalizada ou restrita a funções subalternas, como o trabalho doméstico ou serviços de manutenção. Essa dinâmica reforça as estruturas de poder racial e econômico, perpetuando desigualdades históricas e excluindo a população negra do acesso a espaços de prestígio e qualidade de vida.

Onde o turismo não vê: Os bairros periféricos, enegrecidos e o racismo ambiental em Peruíbe.

Enquanto os dados revelam a existência de territórios de exclusividade branca em áreas de Peruíbe, marcadas por concentração de renda e infraestrutura privilegiada, constata-se que os territórios mais empobrecidos do município apresentam uma composição populacional significativamente mais negra e estão localizadas em regiões distantes da orla, fora do alcance do olhar da maioria dos turistas que transitam pela cidade.

Com base nos dados do censo demográfico, a população negra de Peruíbe corresponde a 31.415 pessoas, representando 45,96% do total do município (IBGE, 2022). Desse grupo, 5.103 habitantes se declaram pretos (7,47% da população) e 26.312, pardos (38,49%). Entre 2010 e 2022, essa parcela apresentou um crescimento significativo: a população preta teve o maior aumento, de 43,1%, enquanto a parda cresceu 28,9%. Ambos os índices superaram a média municipal (14,34%) e foram substancialmente mais altos que o crescimento da população branca, que foi de apenas 3,5% no mesmo período⁴. Ainda de acordo com os dados do Censo Demográfico de 2022, Peruíbe não apresenta setor censitário com mais de 80% de população negra. No entanto, diversos setores nas áreas periféricas e empobrecidas do município apresentam mais de 60% de população negra, destacando-se ainda um setor na zona rural com 78% de pessoas negras.

Essas áreas, por serem mais racialmente diversas, isto é, por apresentarem também uma parcela significativa de pessoas brancas pobres, não são iguais aos guetos negros, característicos dos Estados Unidos ou da África do Sul (Brito; Mendonça; Rolnik, 2023). O gueto negro estadunidense, nesse contexto, é um território que reflete a discriminação racial explícita e a

⁴É necessário pontuar que esses dados só dão conta da população fixa de Peruíbe, ao modo que essa estimativa não é capaz de identificar a autodeclaração de cor das pessoas que fazem parte da população flutuante que frequenta e transformam o território municipal. Nesse contexto, apontamos para o fato que o Plano Diretor de Turismo do município, atualizado em 2022, buscou realizar um perfil demográfico da demanda turística, contudo, não apresentou informações sobre a racialidade dos turistas. Destacamos que o perfil foi elaborado com base em 404 pesquisas realizadas entre novembro de 2020 e setembro de 2022 (Peruíbe, 2022).

violência da supremacia branca (Rolnik, 1989), sendo resultado da trágica história de um país marcado pelo escravismo e por um perverso regime de segregação racial que perdurou até meados do século XX. Embora distinto do modelo estadunidense, o racismo e as profundas heranças do escravismo no Brasil também deixaram marcas significativas que impactam a produção das cidades e a maneira como os grupos raciais se distribuem no espaço urbano. As favelas e periferias brasileiras, mais enegrecidas, configuram uma espécie de apartheid velado (Rolnik, 1989), mas, ao mesmo tempo, constituem terreno para novas formas de territorialização negra e quilombismos contemporâneos, que funcionam como estratégias de resistência e escapam ao controle da branquitude. Seja por meio de manifestações culturais, organização comunitária, trabalho ou subversão, a população negra das periferias continua a sobreviver, enfrentando o genocídio e as mazelas decorrentes do racismo ambiental.

Retomando a análise dos dados demográficos, observa-se que, embora haja uma concentração de pessoas negras em determinadas áreas, como no bairro do Caraguava (Figura 6), essa concentração não alcança os níveis de predomínio identificados nos territórios de exclusividade branca, como verificado nos condomínios de elite próximos à praia. A análise cartográfica dos dados do IBGE (2022), realizada em nossa tese de doutorado (Cerdeira, 2025), revelou que a população negra em Peruíbe se concentra predominantemente em três áreas específicas: a) nos bairros situados além da Avenida Luciano de Bona, sentido noroeste; b) nas zonas urbanas adjacentes à Rodovia Padre Manoel da Nóbrega, sentido serra do mar, na direção noroeste; c) nas áreas rurais do município. Em contraste, a presença de residentes negros é menos expressiva na orla, onde a maioria dos setores censitários registra menos de 30% dessa população (Figura 4 e 6).

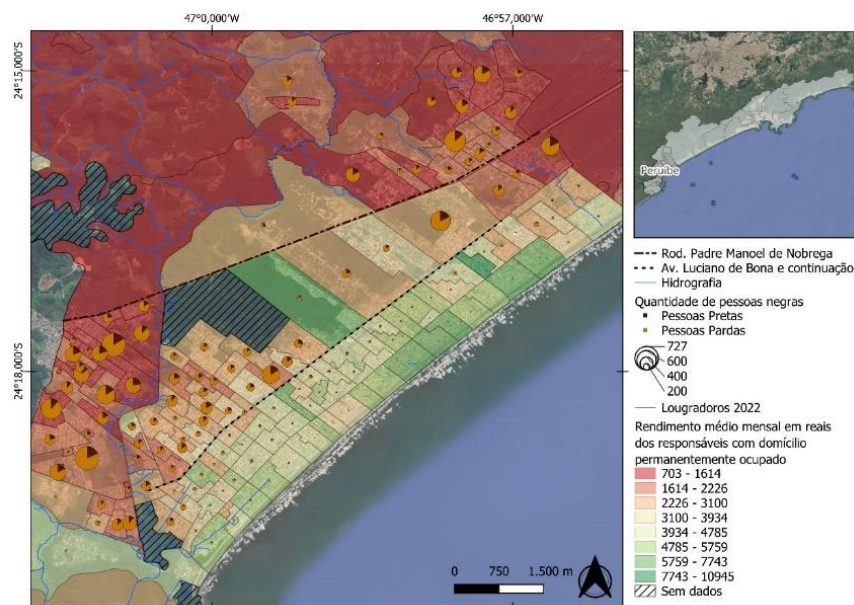
As áreas mais empobrecidas, negras e periféricas são bairros mais afastados da orla, que muitas vezes não são vistos ou acessados pelos turistas que frequentam a cidade. Dessa forma, a população desses bairros fica longe do olhar dos veranistas que só enxergam as belezas cênicas das praias de Peruíbe, porém permanecem suficientemente próximas para servir de mão de obra quando necessário, o que revela a violência simbólica e material desse arranjo espacial da branquitude.

Para refletir sobre como a segregação e a fragmentação socioespacial impactam a vida da população negra de Peruíbe, podemos tomar como base alguns pressupostos teóricos organizados por Vargas (2005). Em seu artigo *Apartheid Brasileiro*, um estudo sobre a racialização do espaço urbano no Rio de Janeiro, no qual discute e utiliza referências sobre a segregação residencial, o autor organiza quatro proposições principais sobre a relação entre

raça, pobreza e espaço urbano. Primeiro, ele afirma que a pobreza incide de forma mais intensa sobre as pessoas negras, mesmo em condições equivalentes de formação, fazendo com que essa população apresente renda e patrimônio sistematicamente menores do que a população branca. Segundo, as áreas mais empobrecidas estão associadas a regiões urbanas carentes de infraestrutura, serviços básicos e até mesmo bens de consumo, como fogões e geladeiras. Terceiro, a produção do espaço urbano é atravessada pela questão racial, uma vez que as áreas mais pobres continuam sendo predominantemente ocupadas por negras/os. Por fim, as noções de espaço urbano influenciam a percepção racial, contribuindo para o imaginário de que moradores de favelas são, em sua maioria, pessoas não-brancas (Vargas, 2005).

Com base na análise dos dados do censo demográfico do IBGE 2022 por setor censitário, que foram organizados na Figura 7, podemos perceber que a primeira, segunda e a terceira proposições de Vargas (2005) se aplicam a Peruíbe, uma vez que foi constatado que existem bairros periféricos compostos principalmente por pessoas pretas e pardas, que apresentam menores rendas.

Figura 6 – Quantidade de pessoas negras e rendimento médio por setores de Peruíbe-SP



Fonte: IBGE, 2022. Elaboração: Autor.

Os dados do IBGE (2010) revelam que as áreas de pobreza e extrema pobreza de Peruíbe estão concentradas ao norte do município, abrangendo locais como os bairros Vila Erminda, Jardim dos Prados, Estância Antônio Novaes e a zona rural. Além dessas áreas, a região que engloba as Unidades de Planejamento Municipal denominadas Caraguava e Veneza também

apresenta um número expressivo de famílias em situação de vulnerabilidade. Como identificado ao longo da pesquisa, são essas áreas do território municipal que apresentam maior percentual de pessoas negras (Cerdeira, 2025).

Além da maior concentração de pobreza, os setores censitários de predominância negra no município são áreas que possuem a menor cobertura de rede de água e esgoto (Instituto Pólis, 2013; Cerdeira, 2024; 2025). Essa carência infraestrutural atinge principalmente o bairro do Caraguava, a porção leste do perímetro urbano, situada além da Avenida Luciano de Bona, além de áreas rurais e a área do Guaraú (Cerdeira, 2025).

Entre os desafios decorrentes da segregação socioespacial, que incide de forma mais violenta sobre a população negra e os demais moradores das áreas periféricas do município, destaca-se a maior vulnerabilidade frente aos impactos ambientais. É importante salientar que a dinâmica de especulação imobiliária, associada aos processos de turistificação e urbanização de Peruíbe, tem deslocado as populações mais pobres das áreas centrais em virtude da valorização do solo urbano e do aumento dos aluguéis (Ribeiro, 2006; Instituto Pólis, 2013). Como consequência, formam-se periferias e bolsões de pobreza em áreas de loteamentos irregulares e ocupações, que frequentemente avançam sobre zonas de risco próximas a córregos e áreas de proteção ambiental.

A formação urbana de Peruíbe estabeleceu-se predominantemente na planície costeira, resultando na ocupação de áreas úmidas próximas ao Rio Preto e aos canais de drenagem, cujos cursos naturais foram significativamente alterados por ações antrópicas. Essa configuração territorial, somada à ausência de planejamento público adequado e de obras de engenharia mitigadoras, criou condições propícias para a ocorrência recorrente de inundações, particularmente em zonas de ocupação irregular (Santos; Furlan, 2010). As unidades de planejamento do Caraguava e do Veneza (IG, 2007) exemplificam essa problemática, sendo áreas de risco que sistematicamente são atingidas por grandes inundações que afetam severamente seus habitantes (Figura 7). Em contraste marcante, os setores censitários localizados entre a orla e a Avenida Luciano de Bona apresentam menor vulnerabilidade a inundações (IG, 2007; IPT, 2014), áreas que apresentam setores censitários com maior percentual de pessoas brancas, melhores indicadores de renda e acesso privilegiado à infraestrutura urbana (IBGE, 2022).

Aqui, podemos defender duas proposições: a) a segregação socioespacial de Peruíbe sofre influência do dispositivo de racialidade (Carneiro, 2023b); b) a composição atual do espaço urbano desse município é marcada pelo racismo ambiental (Herculano, 2008), uma vez

que as áreas mais empobrecidas, com menos infraestrutura e maior risco de inundações, são (in)justamente as que apresentam o maior número de pessoas pretas ou pardas, que seguem resistindo em suas comunidades, apesar das dificuldades.

Lembramos que o racismo ambiental pode ser entendido como o impacto desproporcional da falta de infraestrutura, injustiças sociais e problemas ambientais que ocorrem em territórios ocupados majoritariamente por populações compostas por pessoas racializadas e povos tradicionais (Herculano, 2008). Essas dinâmicas de segregação socioespacial e racismo ambiental não são uma casualidade, mas sim o fruto de uma estrutura social alicerçada nas relações capitalistas de produção e na colonialidade, que operam com base no racismo, cisheteropatriarcado e classismo (Akotirene, 2019).

O atravessamento das favelas pelo racismo ambiental pode ser compreendido como consequência de uma política de Estado que, atendendo os interesses do capital, impõe, de forma sacrificial, em um contexto de bio-necropolítica, o signo da morte para uns e o privilégio da vida para outros (Oliveira, 2022; Carneiro, 2023b; Mbembe, 2016). Assim, péssimas condições de vida são impostas a uma parte significativa da população em territórios vulnerabilizados, marcados pela falta de infraestrutura e pela exposição a problemas ambientais. Ao modo que, a cidade projetada para a acumulação de riqueza (Carlos, 2021), bem como para o gozo da branquitude (Bento, 2022), não garante bem-estar a todos os seus habitantes, especialmente àqueles que não constituem o “eu hegemônico” (Carneiro, 2023b) e acabam por enfrentar uma ‘vida crua’, resultante da desigualdade, segregação socioespacial e do racismo ambiental.

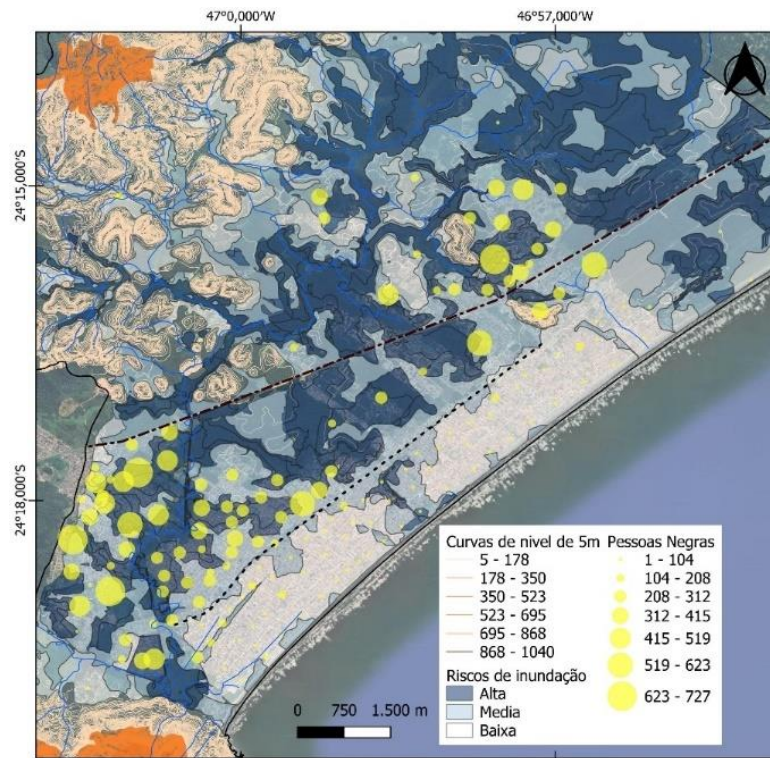
Portanto, é fundamental reforçar que o processo de produção do racismo ambiental é uma herança colonial do sistema-mundo, sustentado pela lógica do capitalismo hegemônico. Esse processo envolve diretamente a dificuldade de acesso à terra, os desafios para a organização popular e comunitária, e a sub-representação de pessoas não brancas em posições relevantes no poder público e nas empresas privadas (Porto-Gonçalves, 2006, p. 387).

Nesse ensejo, reforçamos que

A localização das pessoas no território é, na maioria das vezes, produto de uma combinação entre forças de mercado e decisões de governo. [...] Isso equivale também a falar de localizações forçadas. Muitas destas contribuem para aumentar a pobreza e não para suprimir ou atenuar (Santos, 2002, p. 141).

Essa localização forçada acaba por constituir parte do racismo ambiental, impondo que as pessoas ocupem locais inadequados e de risco (Figura 7) na tentativa de sobreviver em uma sociedade estruturalmente racista, machista e classista (Akotirene, 2009).

Figura 7 – Quantidade de pessoas negras e rendimento médio mensal por setores em Peruíbe-SP



Fonte: IPT, 2014; IBGE, 2022. Elaboração: Autor.

As dinâmicas socioespaciais descritas evidenciam como o racismo ambiental e a segregação socioespacial, profundamente marcados pela racialidade, estão presentes no município de Peruíbe. Isso resulta na marginalização das populações periféricas, predominantemente negras e pobres, que se veem expostas a condições de vida precárias em áreas de risco ambiental (Figura 7), sujeitas a inundações e carentes de infraestrutura básica. A especulação imobiliária, associada à ausência de um planejamento urbano que atenda às reais necessidades da população periférica e que serve à lógica do capital, perpetua o ciclo de exclusão e vulnerabilidade para essas comunidades, intensificando as desigualdades e os desafios que elas enfrentam.

Isso revela a perversidade da forma como a segregação socioespacial e a estruturação da cidade acontecem, uma vez que, (in)justamente, é nas áreas com maior risco ambiental e menor infraestrutura que a densidade demográfica é mais alta (IBGE, 2022; Cerdeira, 2025).

Essa dinâmica reflete a desigualdade estrutural que força as populações mais pobres, negras e vulneráveis a viverem em condições mais precárias e com maior densidade demográfica, enquanto as áreas mais privilegiadas, com melhor infraestrutura, segurança e embranquecidas, permanecem menos habitadas e com muitas casas vagas ou de uso ocasional.

Considerações sobre uma Geografia das Racialidades em Peruíbe

Com base em todas as informações, dados, imagens e referências apresentados em nossa tese de doutorado e na síntese apresentada nesse artigo, esperamos ter construído uma breve descrição do município de Peruíbe, trazendo elementos que servem como base para refletirmos sobre a geografia das racialidades nesse território, com um foco maior na população negra. Isso visa evidenciar e denunciar que a segregação socioespacial de Peruíbe é atravessada pelo dispositivo de racialidade (Carneiro, 2023b), construindo um documento que possa servir de apoio para a organização das iniciativas antirracistas na cidade, com o objetivo de pressionar o poder público por políticas e um planejamento que busquem romper com as condições aqui descritas.

Segundo Milton Santos, o espaço urbano é ocupado de maneira diferenciada em função das classes que dividem a sociedade urbana (Santos, 2002, p. 110). Esse fato é constatado em Peruíbe, no entanto, apresentamos elementos que evidenciam que essa diferenciação também é influenciada pelo dispositivo de racialidade (Carneiro, 2023b) e pelas consequências da forma social escravista (Sodré, 2023), por meio das quais ainda se perpetuam relações de natureza escravista e discriminatória. Tais relações resultam de uma libertação incompleta, descompromissada com uma real inserção e reparação das camadas subalternizadas e negras (Sodré, 2023). Não à toa, podemos denunciar a existência de uma falsa democracia, que serve, sobretudo, aos interesses dos privilegiados e revelar um perverso arranjo espacial da branquitude (Bento, 2022), o qual perpetua a violência e segregação socioespacial, vitimando sobremaneira o corpo negro, pobre e periférico.

Expor como esses fatos se desdobram no município de Peruíbe é essencial para identificar a discrepância antiética existente entre territórios de exclusividade branca (Brito; Mendonça; Rolnik, 2023), próximos à praia, e as dificuldades enfrentadas por aqueles que sobrevivem às enchentes sistêmicas e outras agonias nos bairros periféricos, como o Caraguava. Em síntese, entendemos que os dados reunidos nos permitem defender que, na cidade de Peruíbe, é possível identificar o racismo ambiental, pois parte significativa da população negra

do município vive em áreas empobrecidas, com menor infraestrutura, maior risco e vulnerabilidade socioambiental.

Por fim, este trabalho constitui um esforço analítico que busca, ainda que modestamente, contribuir para a transformação dessa realidade desigual. Um protesto intelectual contra as condições de segregação que as paisagens paradisíacas não conseguem ocultar.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 152 p.
- BENTO, Cida. **O Pacto da Branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BRITO, Gisele; MENDONÇA, Pedro Rezende.; ROLNIK, Raquel. Territórios de exclusividade branca: segregação, negação e enfrentamento do racismo no planejamento urbano da cidade de São Paulo. **R. Bras. de Dir. Urbanístico**, Belo Horizonte, v. 9, n. 17, p. 35-59, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibdu.org.br/direitourbanistico/article/view/890/636>. Acesso em: 22 Mar. 2026.
- CARLOS, Ana. Fani. Alessandri. **A cidade**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2021.
- CARNEIRO, Rafael Vieira Menezes. Análise do mito da democracia racial a partir de Frantz Fanon e Sueli Carneiro. **História da Historiografia**, Ouro Preto, v. 16, n. 41, e1946, 2023a. DOI: 10.15848/hh.v16i41.1946.
- CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023b.
- CERDEIRA, Gabriel Loschiavo. Reflexões sobre a insegurança hídrica e alimentar em uma periferia de Peruíbe-SP. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 6., 2024, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Galoá, 2024. Disponível em: <https://proceedings.science/enpssan/enpssan-2024/trabalhos/reflexoes-sobre-a-inseguranca-hidrica-e-alimentar-em-uma-periferia-de-peruibe?lang=pt-br>. Acesso em: 22 mar. 2026.
- CERDEIRA, Gabriel Loschiavo. **O bombo anuncia que kilombo é ponto de resistência negra**: um estudo a partir do Espaço Cultural Kilombo Baobá em Peruíbe-SP. 2025. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Presidente Prudente, 2025. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/ebf6a321-dc98-412d-bf52-346fbb5568af>. Acesso em: 22 mar. 2026.
- CIRQUEIRA, Diogo Marçal; SANTOS, Mariza Fernandes dos. Considerações sobre as geografias das relações étnico-raciais e as geografias negras no Brasil. **Revista da ANPEGE**, v. 19, n. 38, p. 157-231, 2023. DOI: 10.5418/RA2023.V19I38.15739.
- CUNHA, Maria Darido da. D. da; BARBOSA, João Roberto Monteiro da Silva. Mobilidade pendular na região metropolitana da Baixada Santista: uma análise comparativa dos dados censitários de 2000 e 2010. **Revista Sem Aspas**, Araraquara, v. 7, n. 1, p. 145-155, 2018. DOI: 10.29373/semaspas.unesp.v7.n1.jan/jun.2018.11472.
- FRANÇA, Danilo Sales do Nascimento. **Segregação racial em São Paulo**: Residências, redes pessoais e trajetórias urbanas de negros e brancos no século XXI. 2017. 192 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Sociologia. Área de concentração: Sociologia. São Paulo, 2017.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Como trabalhar com “raça” em sociologia. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 93-107, 2003. DOI: 10.1590/S1517-97022003000100008.

GUIMARÃES, Geny F. et al. **Geografias negras e estratégias pedagógicas**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022.

HARVEY, D. Cidades rebeldes: Do direito à cidade à revolução urbana. Tradução de Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HERCULANO, Selene. O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental. **InterfaceHS – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente**, v. 3, n. 1, 2008. Disponível em: <https://www3.sp.senac.br/hotsites/blogs/InterfacEHS/wp-content/uploads/2013/07/art-2-2008-6.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2026.

LIMA, Jéssica Caroline Rodrigues de; CAMPOS, Rafael Alves de; SANTOS, Rodrigo Gonçalves. Arquitetura da desigualdade: o quarto de empregada como comunicador de uma ordem social estratificada. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 14, n. 41, p. 333-360, 2022. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/index.php/revista/article/view/1325>. Acesso em: 21 mar. 2026.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. biopoder soberania estado de exceção política da morte. **Arte & Ensaios**, n. 32, 2016. DOI: 10.60001/ae.n32.p122%20-%20151. Disponível em: <https://www.procomum.org/wp-content/uploads/2019/04/necropolitica.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2026.

MELGAÇO, Lucas de Melo Souza. **Securização urbana**: da psicoesfera do medo à tecnoesfera da segurança. 2010. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

OLIVEIRA, Denilson Araujo de. **Por uma Geografia das Relações Raciais**: o racismo na Cidade do Rio de Janeiro. 2011. Tese (Doutorado em Geografia) — Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

OLIVEIRA, Denilson Araujo de. A questão racial brasileira: apontamentos teóricos para compreensão do genocídio negro. **Revista da ABPN**, v. 12, n. 34, p. 73-98, 2020. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1133>. Acesso em: 7 jul. 2026.

OLIVEIRA, Denilson Araujo de. Existências desumanizadas pela colonialidade do poder: necropolítica e antinegritude brasileira. **GEOgraphia**, v. 24, n. 53, 2022. DOI: 10.22409/GEOgraphia2022.v24i53.a55623.

PERUÍBE (SP). Prefeitura Municipal **Lei Complementar nº 100, de 15 de março de 2007**. Institui o Plano Diretor, define princípios, objetivos, estratégias e instrumentos para a realização das ações de planejamento no município de Peruíbe e dá outras providências. Peruíbe: Câmara Municipal, 2007. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-peruibe-sp>. Acesso em: 22 mar. 2026.

PERUÍBE (SP). Prefeitura Municipal. **Plano Diretor de Turismo**. Peruíbe: Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esportes, 2022. Disponível em: <http://link.com>. Acesso em: 22 mar. 2026.

PERUÍBE (SP). Prefeitura Municipal. **Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do Município de Peruíbe-SP**. Peruíbe: Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional de Peruíbe, 2023. Disponível: <http://link.com>. Acesso em: 22 mar. 2026.

INSTITUTO PÓLIS. **Resumo Executivo de Peruíbe**: Litoral Sustentável – Desenvolvimento com Inclusão Social. São Paulo: Instituto Pólis, 2013. 48 p. Disponível em: <http://link.com>. Acesso em: 22 mar. 2026.

PORTO-GONÇALVES, Carlos. Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 461 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

INSTITUTO GEOLÓGICO (IG). **Mapeamento de áreas de risco associados a escorregamentos e inundações**: município de Peruíbe. São Paulo: Instituto Geológico – SMA, nov. 2008. Termo de Cooperação Técnica IG-CEDEC de 01/11/2007. Relatório técnico.

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (IPT). Centro de Tecnologias Geoambientais. **Carta de suscetibilidade a movimentos gravitacionais de massa e inundações**: município de Peruíbe - SP. São Paulo: IPT, mar. 2014. Disponível em: https://www.sidec.sp.gov.br/map_risco/uploads/doc1439996062.pdf. Acesso em: 22 mar. 2026.

JAKOB, Alberto Augusto Eichman **Análise Sócio-Demográfica da Constituição do Espaço Urbano da Região Metropolitana da Baixada Santista no período 1960-2000**. 2003. Tese (Doutorado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

RIBEIRO, Mônica Barbara. **A expansão urbana de Peruíbe: aspectos legais e a realidade do uso e ocupação da terra**. 2006. 130 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

ROLNIK, Raquel. Territórios negros nas cidades brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro. **Revista de estudos afro-asiáticos**, v. 17, p. 1-17, 1989. Disponível em: <https://raquelrolnik.wordpress.com/wp-content/uploads/2013/04/territ3b3rios-negros.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2026.

SANTOS, Ana Lucia Gomes dos; FURLAN, Sueli Ângelo. Estudo multitemporal do manguezal de Peruíbe-SP, entre 1962 e 2005. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, n.

28, p. 167-178, 2010. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2010.74176. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74139>. Acesso em: 22 mar. 2026.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Nobel, 2002.

SILVA, Robson. Bonifácio. **Urbanização e vulnerabilidade na Região Metropolitana da Baixada Santista, SP**: um olhar geográfico das desigualdades intraurbanas em bairros de Santos, Praia Grande e Peruíbe. 2013. Tese (Doutorado em Geociências) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, SP, 2013.

SODRÉ, Muniz. **Fascismo da cor**. Rio de Janeiro: Vozes, 2023.

SODRÉ, Muniz. **O terreiro e a cidade**: a forma social negro-brasileira. 3. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019.

SOMEKH, Nadia.; GASPAR, Ricardo. Carlos. Capital excedente e urbanização: o papel dos grandes projetos urbanos. **Estudos Urbanos e Regionais**, v. 14, n. 2, p. 133-152, 2012. DOI: 10.22296/2317-1529.2012v14n2p133.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; MIYAZAKI, Vitor Koiti; SANTOS, Rafael Roxo dos; MELAZZO, Everaldo Santos. **Fragmentação socioespacial e urbanização brasileira**: escalas, vetores, ritmos, formas e conteúdos. Belém: ANPUR, 2023. Disponível em: <https://anpur.org.br/wp-content/uploads/2023/07/sl-17.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2025

VARGAS, João. H. Costa. Apartheid brasileiro: raça e segregação residencial no Rio de Janeiro. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 48, n. 1, p. 75–131, 2005. DOI: 10.1590/S0034-77012005000100003.

ZÜNDT, Carlos. Baixada Santista: uso, expansão e ocupação do solo, estruturação de rede urbana regional e metropolização. In: CUNHA, J. M. P. (org.). **Novas metrópoles paulistas**: população, vulnerabilidade e segregação. Campinas: Núcleo de Estudos Populacionais – NEPO, Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, 2006.

CRediT Author Statement

- ☐ **Reconhecimentos:** À comunidade do Espaço Cultural Kilombo Baobá e a seus mestres - território afrocentrado de resistência e saber na Ilha Grande, berço de ancestralidade no qual emergiu este trabalho.
 - ☐ **Financiamento:** Esse trabalho não contou com nenhuma fonte de financiamento.
 - ☐ **Conflitos de interesse:** Não há conflito de interesses.
 - ☐ **Aprovação ética:** O trabalho não passou por comitê de aprovação ética.
 - ☐ **Disponibilidade de dados e material:** Os dados completos que fundamentam esta análise estão disponíveis no Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). As interpretações aprofundadas e quadros analíticos detalhados encontram-se desenvolvidos em nossa tese de doutorado intitulada “O bombo anuncia que Kilombo é ponto de resistência negra: Um estudo a partir do espaço cultural Kilombo Baobá em Peruíbe-SP”, defendida em 2025 no PPGeo da FCT-UNESP.
 - ☐ **Contribuições dos autores:** esse artigo possui somente um autor.
-